

Revolução, sujeito revolucionário e trabalho

Sergio Lessa – Prof. Departamento de Filosofia da UFAL, membro da editoria da revista Crítica Marxista.

[III EBEM, Salvador, BA, 2007]

Uma constante, desde a década de 1960, no debate acerca do trabalho é a tese segundo a qual a classe operária teria, em decorrência das novas tecnologias e das novas formas de emprego, sofrido transformações fundamentais no seu (perdoem-me, mas a expressão está em voga) "modo de ser" e "modo de pensar". Como consequência seria, então, necessário um novo conceito de revolução e outro sujeito revolucionário. Neste contexto, um "outro conceito" e um "novo sujeito" significam invariavelmente para alguém de Marx. Isto é, uma migração em direção a uma das muitas variantes de um "capitalismo de face humana".

É esse o conteúdo fundamental das teses que, hoje, tipicamente propõem uma "atualização" de Marx. Não é raro afirmar-se que o pensador alemão continua imprescindível para se pensar o mundo contemporâneo, porém não seria mais "suficiente". Como discordar de tese tão sensata? Depois de mais de 2 séculos de intenso desenvolvimento das forças produtivas, certamente Marx não pode ser "suficiente". Aliás, teria ele sido "suficiente" mesmo no século XIX? Como o que de fato importa, nessas "atualizações", não é um estudo sério do filósofo alemão mas, sim, abrir campo às "novas alternativas", tais questões não são tratadas e invariavelmente joga-se fora o bebê junto com a água do banho: a concepção marxiana de trabalho teria que ser revista para nela incluir também o trabalho intelectual e, a partir daqui, revoga-se o proletariado como o sujeito revolucionário.

Essas "atualizações", na enorme maioria das vezes, se iniciam por dois movimentos entre si articulados. No plano teórico, cancela-se o trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens; no plano político-estratégico abandona-se a "livre organização dos trabalhadores associados" como superação da propriedade privada, do Estado e do casamento monogâmico. A proposta de revolução de Marx é substituída pela proposta reformista de uma reorientação do Estado visando uma melhor distribuição de renda.

Vejamos os principais problemas, a nosso ver, dessas "atualizações".

Trabalho: categoria fundante do mundo dos homens

A concepção marxiana do trabalho enquanto "intercâmbio orgânico do homem com a natureza" -- o qual, por produzir os "meios de produção" e de "subsistência", é a "eterna necessidade da vida social" (Marx, 1983:153) --, implica imediata e diretamente o reconhecimento de que são os trabalhadores os produtores do "conteúdo material da riqueza qualquer que seja a forma social desta". (Marx, 1983:46)

E como, dada às determinações ontológicas da matéria natural, apenas é possível transformá-la pelo trabalho manual, isto é, apenas "pondo em movimento as forças naturais pertencentes à sua [do ser humano] corporiedade, braços e pernas, cabeça e mãos" é possível "apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida" (Marx, 1983:149), segue-se também imediatamente que a categoria fundante do ser social, o trabalho, é o trabalho manual que converte a natureza em meios de produção e de subsistência¹. E, para não deixar dúvidas: "(...) como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma 'criação da mão humana' para consumir produtivamente forças da natureza". (Marx, 1985:17)

Já que sem tais "meios de produção e subsistência" não há vida social possível, o trabalho – repetimos, o intercâmbio orgânico com a natureza – é a categoria fundante da vida social. Não há sociedade sem trabalho. São os trabalhadores manuais, aqueles que produzem os meios de subsistência e de produção, que exercem esta função fundante, e isto vale para todos os modos de produção passados, presente e futuro.

Ou seja, tanto para Marx, como para Lukács e, ainda, para citar um autor contemporâneo, Mészáros, a função fundante exercida pela classe que converte a natureza em meios de produção e de subsistência pelo seu trabalho manual decorre do lugar que ocupa na estrutura produtiva, de sua função na reprodução social – e não da sua posição política ou ideológica. A configuração ideológico-política de uma classe certamente é da maior importância para a história; mas, até mesmo o campo de possibilidades da evolução ideológica e política de uma classe é delineado historicamente pelas determinações ontológicas oriundas de sua inserção na estrutura produtiva.

É assim que os escravos, os servos e os proletários contemporâneos possuem em comum, entre tantas diferenças, o fato de exercerem, a cada momento da história, a função fundante de suas

¹ Lembremos que uma atividade manual e que transforma a natureza, como a de um escultor, não é trabalho porque não atende à função social de produzir os meios de produção e de subsistência. Ou seja, não é a materialidade sobre a qual se transforma, nem é a forma (teleologia objetivada), que caracteriza o trabalho, mas sim sua função social, qual seja, ser produtor de meios de produção e subsistência.

respectivas formações sociais: são os trabalhadores manuais que produzem o "conteúdo material da riqueza" qualquer que seja a formação social, escravista, feudal ou capitalista.

Trabalho e trabalho abstrato

No escravismo e no feudalismo os escravos e os servos produziam todo o "conteúdo material da riqueza" social e os senhores de escravos e feudais se apropriavam dessa riqueza com a ajuda de auxiliares (soldados, políticos, juristas, etc. e Igreja, vilões e mercenários em Roma e no período medieval, respectivamente), todos assalariados. Hoje a situação aparentemente – mas apenas aparentemente -- seria diversa dado o fato de que há uma mesma relação de emprego que envolve os proletários, os outros trabalhadores e a enorme maioria dos auxiliares da burguesia: a relação de assalariamento. Como todo trabalho abstrato é assalariado (nas suas mais diversas modalidades, que inclui a terceirização, o sistema de *part-time*, o emprego sazonal, todas as modalidades de precarização, etc.²), gera-se a impressão que todos os assalariados exerceriam a mesma função social. Em pouquíssimas palavras, tal como a aparência da sociedade burguesa gera a impressão de que a única forma historicamente viável de riqueza social é o capital, a vida cotidiana no capitalismo gera também a impressão de uma identidade entre trabalho e trabalho assalariado.

Mera aparência. A distinção e simultânea articulação entre o trabalho e o trabalho abstrato está na essência da distinção ontológica entre a função social dos operários e a dos assalariados não-operários. O que torna o trabalho uma categoria singular é sua função social: atender à necessidade, primária e indispensável, da transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência. O que torna singular o proletariado entre os assalariados é que apenas ele, pelo seu trabalho manual, converte a natureza nos meios de produção e de subsistência, ou seja, apenas ele exerce a atividade fundante da socialidade no modo de produção capitalista. A regência do capital não deve nos levar ao equívoco de desconsiderar que, sem a transformação da natureza pelo trabalho, não há qualquer capital possível³. Entre o trabalho e o trabalho abstrato há uma superposição, mas, jamais uma identidade. O trabalho é

² Interessante sobre essa questão é o texto de Tavares, 2004.

³ O capital pode se acumular em outras esferas que não o intercâmbio orgânico com a natureza, e de fato o faz. Todavia, não pode ser produzido senão pelo trabalho manual do proletariado que converte a natureza, repetimos, em meios de produção e de subsistência. Sobre isso, mais à frente.

uma "eterna necessidade" da vida humana, o trabalho abstrato apenas uma categoria indispensável da sociedade capitalista.

Trabalho abstrato e capital

Posta esta primeira distinção fundamental entre trabalho e trabalho abstrato, vamos a um outro aspecto da questão: o conjunto dos trabalhos abstratos contém, em seu interior, distintas relações com o capital. Uma parte do trabalho abstrato produz a mais-valia e, uma outra parte, não o faz. O trabalho abstrato pode ser, ou não, produtor de mais-valia, pode ser um trabalho abstrato produtivo ou improdutivo de mais valia.

No interior do trabalho abstrato produtivo, temos aquele que "produz" o capital e aquele que "apenas" o "valoriza". Para ficarmos com Marx, peguemos o exemplo que o debate tornou clássico: o do mestre escola (Marx, 1985: 105-6). O burguês sai do negócio com seu capital ampliado, o arrecadado com as mensalidades escolares é maior do que ele pagou pelo trabalho do professor somado aos "custos" do negócio. A geração dessa mais-valia se deu sem a transformação da natureza, o dinheiro que as pessoas tinham no bolso e que repassaram ao capitalista como pagamento das mensalidades escolares se transformou em capital do burguês. A riqueza total da sociedade (que, por se uma sociedade capitalista, imediatamente se apresenta como o "capital social total") permaneceu precisamente a mesma, nem em um grão foi acrescido por esta troca de dinheiro entre o bolso do consumidor e o bolso do capitalista.

Algo diferente ocorre com o trabalho manual do operário. Ao transformar a natureza, produz meios de produção ou de subsistência antes inexistentes. Pela sua própria determinação ontológica (isto é, ser natureza transformada) esse produto, diferente da aula, sobrevive ao ato que o criou e, em alguns casos, pode ser utilizado por gerações (uma ponte, por ex.). Por isso, a quantia total da riqueza social – e ("o capital social total") -- se acresce com cada minuto de trabalho operário, pois ele, ao converter natureza, produz o "conteúdo material da riqueza". Diferente do trabalho abstrato produtivo de mais-valia do professor, o trabalho abstrato produtivo de mais-valia do proletariado "produz" um novo capital, antes inexistente, ao dar origem a um novo "conteúdo material da riqueza social" pela

conversão da natureza em meios de produção e de subsistência. Se todo trabalho produtivo "valoriza" o capital, nem todo trabalho produtivo o "produz".⁴

Ao lado da distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, esta é a segunda diferenciação da relação do trabalho abstrato com o capital: nem tudo o que gera mais-valia é trabalho intercâmbio orgânico com a natureza, aquele que produz o "conteúdo material da riqueza social" e que é o momento fundante da sociabilidade capitalista.

No passado e, também, hoje, a sociedade vive da apropriação da riqueza produzida por aqueles que convertem a natureza nos bens materiais indispensáveis à reprodução social. E isto, de forma mediada, comparece até mesmo na esfera da "valorização" do capital: a transformação de dinheiro em capital apenas pode ter lugar se, antes, houver sido produzido o "conteúdo material" desta riqueza expressa pelo dinheiro. Portanto (e sem negar as grandes novidades que o capitalismo trouxe nessa área), nossa sociedade também conhece a dependência ontológica da totalidade da vida social para com o trabalho que realiza o intercâmbio orgânico com a natureza. Tanto nas sociedades pré-capitalistas quanto hoje, o "conteúdo material da riqueza" é produzido pelo trabalho intercâmbio orgânico com a natureza que, por isso, é a categoria fundante tanto das formações pré-capitalistas como da sociedade na qual vivemos.

Trabalho, trabalho abstrato, trabalhadores e operários

Da precisa delimitação deixada por Marx da relação entre trabalho e trabalho abstrato, há três aspectos a serem realçados:

1) *a relação entre o capital e o trabalho operário, entre a burguesia e a classe operária.* Essa é uma relação de exploração que faz parte do nóculo essencial da produção do "conteúdo material" sobre o qual se apóia a forma historicamente particular de riqueza que é o capital; a classe operária produz a riqueza que o capitalista se apropria na forma de sua propriedade privada.

2) *a relação entre a classe operária e os trabalhadores não operários.* O salário recebido por estes trabalhadores não operários tem sua origem na riqueza produzida pelo trabalho proletário. Se a burguesia se apropria da riqueza produzida pelo proletariado, os trabalhadores produtivos não operários

⁴ "Por 'proletário' só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza 'capital'

o fazem – significativa diferença -- pela mediação da classe burguesa. Indiretamente – enquanto a burguesia o faz diretamente – tais trabalhadores produtivos parasitam, também, o trabalho proletário;

3) *a relação entre a burguesia e os trabalhadores não operários*. Quanto menos a burguesia transferir a eles da riqueza extorquida dos operários, menor será o custo de produção e, portanto, maior a mais-valia. Isto, com as devidas mediações, é válido para aquelas atividades improdutivas no interior da própria empresa capitalista (administração, controle, planejamento, comércio, etc.), como também para os funcionários públicos. Há, portanto, uma efetiva contradição entre esses setores assalariados e a burguesia que se condensa ao redor do valor dos salários. Ao lado dessa contradição, todavia, há um outro aspecto: tal como a burguesia, estes trabalhadores parasitam o trabalho proletário. É esta situação ambígua que faz com que, em uma crise revolucionária, os assalariados não operários tendam a se dividir: os mais ricos tendem a compor o bloco político com a burguesia e, os mais pobres, a confluir com o proletariado. Mas isto não é uma regra fixa e imutável, é apenas uma tendência geral, plena de exceções em cada caso histórico.

Por que o proletariado é o sujeito revolucionário por excelência?

O trabalho continua a categoria fundante da sociabilidade capitalista e a classe que exerce o trabalho manual imprescindível para se converter a natureza em meios de produção e de subsistência continua sendo a classe que produz o "conteúdo material da riqueza" da sociedade. Esta classe é o proletariado. Por esta razão, a classe operária é a única classe que não vive da exploração de qualquer outra. Todas as outras classes parasitam o trabalho proletário. É isto que faz do proletariado a classe revolucionária por excelência: é ela a única que não tem nada a perder, "apenas os seus grilhões", com a superação da propriedade privada, do casamento monogâmico, do Estado – enfim, da exploração do homem pelo homem.

Se isto é uma verdade, não menos correto, contudo, é que entre a burguesia e o conjunto dos trabalhadores não operários há, também, uma contradição não menos significativa que a confluência de seus interesses na manutenção da exploração do trabalho operário. O fato de serem explorados pela burguesia faz com que estes setores desenvolvam contradições com a ordem capitalista que podem abrir amplas possibilidades para que os operários atraiam para as bandeiras comunistas setores mais ou menos amplos dos assalariados. Em larga medida, o desdobramento de uma crise revolucionária depende da maior ou menor capacidade de os operários atraírem os demais trabalhadores.

Este fato, contudo, em nada se contrapõe ao que argumentamos: o proletariado não apenas não se dissolveu entre os outros assalariados, como também continua a classe revolucionária por excelência.⁵

Estamos aqui, é evidente, no cerne do debate contemporâneo acerca dos rumos da revolução. Alguns pretendem que, nos dias em que vivemos, apenas um conceito mais amplo que o marxiano acerca do sujeito revolucionário seria capaz de dar conta da maior complexidade das relações sociais contemporâneas. Claro que há diferenças importantes entre os muitos autores que argumentam nesse sentido. Contudo, ainda que corramos o risco de alguma injustiça pontual, não seria inverídico afirmar que a grande maioria deles transita das alterações das relações de emprego peculiares à "reestruturação produtiva" para as alterações das relações de produção como se fossem uma e mesma coisa. O fato de o capitalismo adotar hoje formas precarizadas de emprego significa apenas que elas são as mais adequadas para a intensificação da extração da mais valia e não, de modo algum, uma superação das relações de produção capitalistas. Do mesmo modo, as novas tecnologias e as novas formas gerenciais da produção nada trazem no sentido da superação do modo de produção capitalista, pelo contrário significam apenas a intensificação da exploração dos operários e dos demais trabalhadores. Nem, muito menos, estamos assistindo a qualquer processo de eliminação ou fusão das fronteiras entre o trabalho produtivo de mais valia e o improdutivo, ou da separação entre o controle da produção (o trabalho intelectual) e a produção propriamente dita (o trabalho manual). Do capitalismo, como diz Khumar (1997:49), vêm apenas mais e mais capitalismo.

Dois parágrafos finais:

É verdadeiro que a situação histórica que vivemos coloca problemas novos aos revolucionários. Mas, mesmo no passado, houve algum momento que tenha sido diferente? Todavia, também hoje como no passado, toda a riqueza social surge das mãos do proletariado e, por isso, é ela a única classe revolucionária por excelência. Todas as outras classes, direta ou indiretamente, parasitam o trabalho proletário e, por isso, têm na propriedade privada um dos fundamentos de sua existência material enquanto classe. É esse fato basilar da reprodução da sociedade burguesa que faz do proletariado a classe revolucionária por excelência, a única que só tem os grilhões a perder com a superação da propriedade privada, do Estado e do casamento monogâmico.

⁵ Uma análise mais detalhada dessas questões pode ser encontrada em Lessa, 2007.

Todas as vezes que tentamos pensar um "outro sujeito revolucionário" temos que passar a considerar a manutenção da propriedade privada – pois senão como incluir no projeto "revolucionário" também as classes de transição que parasitam o proletariado? E, dado esse passo, transitamos do terreno revolucionário para o social-democrata: o fundamental passa a ser a distribuição de renda e, não mais, a superação do capital, da exploração do homem pelo homem. Perdido o sujeito revolucionário, a revolução deixa de ser uma possibilidade histórica para se limitar ao um vazio dever-ser que, na melhor das hipóteses, terá seu fundamento no mundo das esperanças e das vontades e, na pior das hipóteses, se converte na cínica justificativa do *status quo* neoliberal.

Bibliografia

Tavares, M. (2004) A. *Os fios. (in) visíveis da produção capitalista*, Cortez Ed. , São Paulo.

Marx, K.(1985) *O Capital*. Vol I, tomo II, Ed. Abril.

Kumar, K. (1997) *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

Lessa, S. (2007). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. Cortez Editora, São Paulo.